

AO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA-EXECUTIVA

DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO

Exma. Daniela Maria da Silveira Galvão Ransolim – Presidente da Comissão

Ref. Edital de Credenciamento nº 01/2026 (34979022)

ANDERSON LOPES DE PAULA, Leiloeiro Oficial, inscrito no CPF sob nº 151.990.678-18, residente na Rua Narcizo Nunes da Costa, nº 140, Ilha de Sardenha, bairro Jardim Nova Aliança, CEP 14027-130, vem, com amparo no Art. 165, inc. I da Lei 14.133/21, por meio de sua procuradora que abaixo subscreve, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da **COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO**, instituída pela Portaria nº 1.757, de 16 de dezembro de 2025, representada por sua Presidente, Exma. Daniela Maria da Silveira Galvão Ransolim, pelo ato de SORTEIO publicado em Ata datada de 23/06/2026, o que faz pelas razões que passa a expor.

DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, salienta-se que nos termos do Art. 165 da Lei 14.133/21, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias úteis da Ata da sessão pública do sorteio, publicada em 23/06/2026.

São Paulo SP

Av Brigadeiro Faria Lima 3729 5º Andar
Itaim Bibi - CEP 04538-905

Brasília DF SCS Quadra 09, Bloco C, Torre C, Asa Sul
Ed. Pq. Cidade Corporate – CEP 70308-200

E-mail: andersondepaula@e-leiloeiro.com.br

Fone: 0800-355-8000 **Cel.:** 11 3040.6420



Conforme consignado na Ata da sessão pública de sorteio, não foi especificada a forma de realização do mesmo, apenas se afirmando sua realização, a qual ocorreu sem qualquer forma de rastreabilidade ou garantia de atendimento aos princípios definidos na Lei de Licitações e na Constituição Pátria, ensejando a necessidade deste recurso, com a consequente ANULAÇÃO do sorteio, pelas razões abaixo expostas.

DOS CRITÉRIOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA

A Licitação pública tem como finalidade atender um **INTERESSE PÚBLICO**, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de **IGUALDADE**, para que seja possível garantir a lisura do procedimento.

Já no teor da Nova Lei de licitações, a redação é clara:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o **resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar **tratamento isonômico** entre os licitantes, bem como a justa competição;

A Nova Lei de Licitações não prevê o sorteio como regra geral de desempate em seu artigo 60. Contudo, para os casos de credenciamento (como o de leiloeiros), o art. 79, parágrafo único, inciso II, determina que "deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda".

Para tanto, o Decreto nº 11.878/2024, que regulamenta o credenciamento na Administração Pública Federal, reforça em seu artigo 9º que o critério objetivo estabelecido para a distribuição da demanda "deverá garantir a igualdade de oportunidade entre os interessados". Um critério


só pode ser considerado verdadeiramente "objetivo" se puder ser auditado e verificado de forma independente por qualquer interessado:

“Critérios para ordem de contratação dos credenciados

Art. 9º Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação será realizada de acordo com as regras do edital,

São Paulo SP
Av Brigadeiro Faria Lima 3729 5º Andar
Itaim Bibi CEP 04538-905

Brasília DF SCS Quadra 09, Bloco C, Torre C, Asa Sul
Ed. Pq. Cidade Corporate – CEP 70308-200

E-mail: andersondepaula@e-leiloeiro.com.br
Fone: 11 4372 9034 **Cel.:** 11 98288 1000 

respeitado o critério objetivo estabelecido para distribuição da demanda, o qual deverá garantir a igualdade de oportunidade entre os interessados.”

A Lei, portanto, reforça a necessidade de igualdade entre os interessados, a fim de que não se legitime ato que possa vir a quebrar a isonomia entre os participantes.

DA REALIZAÇÃO DO SORTEIO

Inicialmente, o Edital de Credenciamento trouxe a previsão de utilização do sorteio para definição da ordem de designação dos leilões:

Sorteio Público: O item 5.5.1 prevê a comunicação de data, horário e local de um "sorteio público destinado à formalização da ordem no Rol de Credenciados".

Rodízio: O item 5.6.3 determina que a relação numerada decorrente do sorteio "será utilizada para definir a ordem de designação e o rodízio dos leiloeiros, sendo rigorosamente observada a sequência estabelecida, iniciando-se pelo primeiro sorteado".

No entanto, a forma de realização do referido sorteio não veio definida em Edital, cabendo, dessa forma, o seguimento e utilização de formatos já definidos pela União, tais como se deu dentro do sistemas Compras.gov.

A lacuna sobre o método de sorteio foi preenchida pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024. Esta norma implementou a funcionalidade oficial de sorteio dentro do sistema Compras.gov.br: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a>

informacao/noticias/compras-gov-br-implementa-nova-funcionalidade-de-sorteio-para-desempate-em-licitacoes

A redação do art. 28, § 2º, da referida IN é taxativa quanto à obrigatoriedade do uso do sistema oficial e à vedação de métodos improvisados:

"Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o caput, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo."

Adicionalmente, o próprio Decreto nº 11.878/2024 estabelece em seu art. 5º que o credenciamento "será realizado por meio do Compras.gov.br". Portanto, a adoção de uma planilha de Excel rodando localmente no computador de um servidor público configura a utilização de um "outro processo", expressamente vedado pela normatização federal.

Para que a segurança jurídica seja alcançada em um sorteio eletrônico, a ferramenta utilizada deve permitir auditoria. O Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), em seu Enunciado nº 20/2024, cristalizou os requisitos indispensáveis para a validade do sorteio:

"Esgotados os critérios previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021 e mantendo-se o empate, é admissível a utilização de critérios objetivos e isonômicos para desempate, tal como o sorteio, desde que previstos em edital e que a procedimentalização esteja objetivamente descrita, garantida a transparência, acompanhamento do procedimento pelos interessados e auditabilidade da ferramenta."

No entanto, a forma utilizada por esta Comissão para realização do sorteio, além da incerteza quanto a segurança, não apresenta e atendimento aos princípios legais norteadores do



Credenciamento, não permite qualquer auditoria, não sendo possível confirmar a fórmula utilizada, e se foram contemplados todos os nomes dos Leiloeiros Legais aptos ao credenciamento.

Requisito Legal (Enunciado IBDA 20/2024)	Sistema Compras.gov.br	Microsoft Excel
Procedimentalização objetiva	Sim (Manual do Sistema)	Não (Depende de ação manual)
Acompanhamento pelos interessados	Sim (Ambiente logado)	Não (Apenas via compartilhamento de tela)
Auditabilidade da ferramenta	Sim (Sistema governamental auditado)	Não (Inauditável e não reprodutível)

A mera gravação de uma tela de Excel via Microsoft Teams não supre o requisito da transparência ativa exigido em Lei, pois comprova apenas o resultado final na tela, mas oculta o processamento algorítmico subjacente, além do próprio vídeo disponibilizado pela Comissão demonstrar possível inabilidade na utilização do sistema virtual (questões com som e compartilhamento), inexistindo ainda qualquer referência a capacitação tecnológica das responsáveis pela realização, ou explicação da razão pelo qual fora escolhido o Excel como meio de realização do sorteio público.


Diante do arcabouço normativo exposto, a utilização do Excel para sorteios em licitações e credenciamentos define-se juridicamente como um ato administrativo eivado de vício de forma, culminando na necessária ANULAÇÃO do ato.

DA QUEBRA DA ISONOMIA

Ao realizar o sorteio por meio inauditável, o recorrido fere o **princípio da isonomia**, pois retira a possibilidade de se confirmar a igualdade entre os participantes, Leiloeiros, em prejuízo ao recorrente sem qualquer amparo legal.

São Paulo SP
Av Brigadeiro Faria Lima 3729 5º Andar
Itaim Bibi CEP 04538-905

Brasília DF SCS Quadra 09, Bloco C, Torre C, Asa Sul
Ed. Pq. Cidade Corporate – CEP 70308-200

E-mail: andersondepaula@e-leiloeiro.com.br
Fone: 11 4372 9034 **Cel.:** 11 98288 1000 

Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

*"O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De sua República e Constituição (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. **De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado...**"* (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92)

Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser rechaçado pelo Poder Judiciário - como no presente caso.

Afinal, trata-se de ato que **contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade**, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

*(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), **com a destinação pública própria (princípio da finalidade)**, com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza*

e rendimento funcional (princípio da eficiência). Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado. (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)

Em comparação com os próprios Tribunais nacionais, o sorteio é realizado através de sistemas desenvolvidos com esse fim, tais como:

- TRT da 6ª Região (Pernambuco): Utiliza o sistema informatizado EXEPJE, que realiza o sorteio com base em "parâmetros objetivos que buscam assegurar o equilíbrio na distribuição".
- TRT da 14ª Região (Rondônia/Acre): Implementou um módulo específico no PJe para sorteio eletrônico aleatório de peritos, garantindo que o "sistema armazenará o histórico das nomeações, o que facilitará a consulta e rastreabilidade".
- Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA): Inaugurou em 2024 o Sistema de Sorteio Eletrônico de Leiloeiros. O sistema foi desenvolvido pelo Laboratório de Inovação do Tribunal (Toada Lab) especificamente para automatizar e dar transparência a este procedimento.

Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a ANULAÇÃO DA SESSÃO DE SORTEIO, para que seja devidamente refeito em sistema próprio, resguardando a devida isonomia e igualdade entre os participantes, com transparência.

ISTO POSTO, REQUER,

- 1) O recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo;

2) Seja julgado TOTALMENTE **PROCEDENTE**, para fins de ANULAÇÃO DO SORTEIO, com a imediata **REMARCAÇÃO** com a utilização de sistema devidamente auditável, garantindo lisura, equidade e transparência;

No caso de desprovimento do presente, **requer o encaminhamento à Autoridade Superior para que seja reapreciado.**

Nestes termos, pede deferimento.

Ribeirão Preto, 26 de junho de 2026.

Thais Bertani Rossi
OAB/SP n° 425.496